



# 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

---

Eixo: Trabalho, questão social e serviço social.

## POLÍTICA SOCIAL E QUESTÃO SOCIAL NO CAPITALISMO: REFLEXÕES SOBRE A EXPLORAÇÃO SEXUAL COMERCIAL

Leila Chaban<sup>1</sup>

Terezina Fátima Paes de Arruda<sup>2</sup>

**Resumo:** Este artigo aborda a política social e a questão social no contexto do capitalismo e nas particularidades da produção e reprodução das relações sociais. Discute o protagonismo da classe trabalhadora na luta por direitos de cidadania, e a mobilização da sociedade para o enfrentamento da exploração sexual infanto-juvenil.

**Palavras-chave:** Questão Social; Capitalismo; Direitos de Cidadania; Exploração Sexual infanto-juvenil.

**Abstract:** This article discusses social policy and the social issue in the context of capitalism, in the particularities of the production and reproduction of social relations. It discusses the protagonism of the working class in the fight for rights of citizenship, and the mobilization of society to confront the sexual exploitation of children and youth.

**Keywords:** Social Issues; Capitalism; Rights of Citizenship; Child Sexual Exploitation.

### INTRODUÇÃO

A questão social discutida neste estudo pauta-se nas reflexões teóricas atreladas ao capitalismo, sobretudo em identificar suas particularidades redimensionadas na produção e reprodução da questão social na contemporaneidade. Trata das vinculações entre a questão social e o Serviço Social na luta por direitos de cidadania, identificadas no marco da teoria social crítica. Propõe-se uma breve relação com a luta da população infanto-juvenil e suas conquistas pelos direitos sociais em um contexto de crise própria do desenvolvimento desigual do capitalismo, gerando processos sociais conflituosos. A discussão também aponta reflexões acerca da questão social vinculada ao capitalismo contemporâneo à exploração sexual comercial infanto-juvenil, o qual, se expressa na questão social em todas as classes sociais.

Busca-se uma análise na perspectiva da situação em que se encontra esta discussão e o seu enfrentamento e os meios para garantir os direitos e as formas de garanti-los. E ressaltar as diferenças entre trabalhadores e capitalistas, no acesso a direitos, nas condições de vida; analisar as desigualdades e formas de enfrentamento à exploração sexual, na compreensão da produção e reprodução das desigualdades na sociedade

---

<sup>1</sup> Estudante de Pós-Graduação, Universidade de Brasília, E-mail: leilachaban17@hotmail.com.

<sup>2</sup> Professor com formação em Serviço Social, Centro Universitário de Várzea Grande, E-mail: leilachaban17@hotmail.com.

capitalista. As políticas sociais e a formatação do sistema de proteção social, tendo os assistentes sociais tanto na elaboração, implementação e execução das políticas sociais públicas, em seus desdobramentos cotidianos e de luta na efetivação de direitos sociais diante das expressões da questão social no capitalismo, cujo fundamento baseia-se nas relações de exploração, dominação, e opressão do capital sobre o trabalho gerando suas múltiplas expressões.

## **1 QUESTÃO SOCIAL: CONCEITOS E REFLEXÕES DE SUAS EXPRESSÕES A PARTIR DA TEORIA SOCIAL CRÍTICA**

As reflexões pertinentes à questão social no contexto do capitalismo e a conquista pelos direitos sociais, sobretudo os direitos da criança e adolescente no processo de construção da cidadania na sociedade contemporânea, a qual Iamamoto (2001) situa a questão social em uma arena de disputa entre projetos societários, por distintos interesses de classe, na condução de políticas econômicas e sociais. Em sua análise, “a questão social produzida e reproduzida ampliadamente na perspectiva sociológica, enquanto ‘disfunção’ ou ‘ameaça’ à ordem e a coesão social” (IAMAMOTO, 2001, p. 10).

Considerando as abordagens atreladas às relações sociais na sociedade capitalista e suas multifaces da questão social, Iamamoto (2001, p. 16) conceitua que,

A questão social diz respeito ao conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto a apropriação privada da própria atividade humana - o trabalho -, das condições necessárias a sua realização, assim como de seus frutos.

A questão social que se circunscreve no marco da teoria social crítica é “indissociável do processo de acumulação e dos efeitos que produz sobre o conjunto das classes trabalhadoras, o que se encontra na base da exigência das políticas sociais públicas” (IAMAMOTO, 2001, p. 11).

Ainda que, desconhecido o termo ‘questão social’ para Marx, os processos sociais que ela evidencia, encontram-se traduzidas em suas análises sobre a sociedade capitalista. Pois, nesta tradição intelectual, o regime capitalista de produção é tanto um processo de produção das condições materiais da vida humana, quanto um processo que se desenvolve sob relações sociais - histórico-econômicas de produção específicas. Em sua dinâmica produz e reproduz seus expoentes: suas condições materiais de existência, as relações sociais contraditórias e formas sociais através das quais se expressam. (IAMAMOTO, 2001, p. 11)

Uma relação constituída a partir de uma sociedade regulada pelo desenvolvimento do processo produtivo do trabalho social. De acordo com este pensamento, Iamamoto (2001)

aponta que a questão social sendo indissociável da sociabilidade capitalista, produzidas e reproduzidas no movimento contraditório das relações sociais, tendo nesta sociedade a mercadoria como caráter determinante.

Neste sentido, as abordagens acerca da concepção de direitos no capitalismo tardio e sua incompatibilidade com a cidadania considerando esta relação a partir dos ditames da acumulação capitalista, direcionadas às leis do mercado. O capitalismo necessariamente se situa nas esferas da vida cotidiana fora do parâmetro no qual a democracia deve prestar conta de seus atos e assumir responsabilidades. Ou seja, a prática humana também é convertida em mercadoria ao relacionar a exploração sexual comercial<sup>3</sup> de crianças e adolescentes como expressão da questão social, e viabilizar o seu enfrentamento.

No Brasil, a grande desigualdade social e as condições precárias de vida de parte da população transportam as crianças para mais próximo da exploração. Trata-se de uma pobreza e, uma indigência estrutural, vinculadas a relações sociais concentradoras de renda, poder e privilégios para poucos. Para o capitalismo não importa se é criança, idoso, mulher, vai se tornar uma exploração da riqueza socialmente produzida com vistas a sua acumulação.

Os critérios utilizados para a exclusão social baseados na cor, raça, gênero e idade, dando origem a uma sociedade machista, sexista e adultocêntrica, que predomina até os dias atuais (CERQUEIRA-SANTOS, 2008). Assim, é fundamental compreender a violação de direitos e o enfrentamento da questão social é de responsabilidade da sociedade e do Estado. Pois,

O papel do Estado nesta trama de relações desiguais acaba sendo o de reforçar a situação imposta, uma vez que nega os problemas, propostas e direitos desta população marginalizada. A sociedade neoliberal dissemina o individualismo. Dentro desse sistema, os chamados excluídos são considerados impotentes, incapazes e objetos de intervenção. No bojo destas relações encontram-se a “criança e adolescente que não tem sido considerado sujeitos, mas objetos da dominação dos adultos, tanto através da exploração de seu corpo no trabalho, quanto se seu sexo na submissão” (Cecria/97). Isto significa dizer que a relação vem sendo marcada pelo uso e abuso do poder (HAZEU e FONSECA *apud* LEAL, 1998, p. 57).

É preciso considerar o fato de que, se há exploração sexual infanto-juvenil é porque há a compra, como a lei do mercado, principalmente pela situação de miséria, a qual força o ser humano a se submeter a esta prática, principalmente quando a cultura local desvaloriza a

---

<sup>3</sup> O termo “Exploração Sexual Infanto-Juvenil” cunhou-se a partir da Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI de 1993, que em consonância com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, Lei Federal n. 8.089/96) produziu-se significativo avanço nessa temática. Identifica que criança com idade inferior a doze anos e o adolescente com menos de dezoito anos, “não optam por se prostituírem, e sim são induzidos pela prática delituosa do adulto”, conforme o relatório do CECRIA, (1999, p. 21). Para Cerqueira-Santos (2008, p. 2), a exploração sexual tem sido discutida em todo o mundo como uma das formas mais extremas de violação aos direitos de crianças e adolescentes.

mulher e condiciona à submissão. As relações sociais se definem quanto às bases econômicas e as relações de produção determinantes à estrutura e funcionamento da sociedade, com ênfase aos elementos que a compõem, tanto as instituições sociais quanto os indivíduos que interagem uns sobre os outros de forma dialética, tendo seu comportamento moldado pelos imperativos econômicos existentes em dado momento histórico (IOP, 2009, p. 232).

No período patriarcal se instaura o conjunto das multifacetadas expressões da questão social, evidenciadas pela condição de inferioridade da mulher no grupo social, sua capacidade de participação é suprimida pelo poder masculino, sendo essa relegada ao espaço privado, passando a ser compreendida como propriedade do homem. É nesta direção que historicamente as mulheres e grupos a sociedade civil, junto à luta por direitos vem caminhando para conquistar seu espaço evidenciado pela desigualdade de gênero, viabilizados no contexto do capitalismo em tornar possível um aumento sem precedentes da cidadania.

Esta reflexão atrelada à questão social, se expressa em “disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa relações em amplos segmentos da sociedade civil e o poder estatal” (IAMAMTO, 2001, p. 17). E, para Ianni (1992) envolve simultaneamente uma luta aberta e surda para a cidadania.

Pode-se perceber nessas análises, que há invisibilidade para a(o) cidadã(ão) como um sujeito de direitos sociais nas concepções dominantes do capitalismo tardio, ou seja, no capitalismo maduro, em que Mandel (1982) afirma que “no momento estamos numa ‘onda longa dominada pela ‘estagnação’. Grandes lutas sobre a taxa de mais-valia já arderam no final da onda de ‘expansão’ – e as desacelerações da taxa de crescimento econômico as tornam mais explosivas”. Assim, tende de forma politizada, a organização dos trabalhadores a mediação como força organizada e coletiva para garantir forças na construção de estratégias para resolver os problemas sociais criados pelas contradições internas do capitalismo tardio.

É nesta vertente, na luta para preservar e ampliar direitos, que se manifestam através dos operários em ações populares organizadas na sociedade como um todo, é cada vez mais “intolerável ao capitalismo tardio”, como nos afirma Mandel (1982) em que a luta por direitos, em seu sentido amplo se tornam condições objetivas de garantir a liberdade. Porém, há uma ilusão de que a igualdade formal da cidadania está atrelada ao assalariamento e a conquista de direitos no caso Brasileiro.

De acordo com Coutinho (2008, p. 50),

Cidadania é capacidade conquistada por alguns indivíduos, ou (no caso da democracia efetiva) por todos os indivíduos, de se apropriarem dos bens socialmente criados, de atualizarem todas as potencialidades de realização humana abertas pela vida social em cada contexto historicamente determinado.

Relevante considerar a partir de Coutinho (2008) que a cidadania não é dada aos indivíduos de uma vez para sempre [...] mas, resulta de uma luta permanente advindas das classes subalternas, implicando um processo histórico de longa duração. Há que se politizar a luta, percorrendo um longo caminho, sem a sua existência, reforça e amplia o contexto expressado no capitalismo, pois,

[...] a questão social tem recebido muitas denominações no pensamento social brasileiro: subemprego, pauperismo, marginalidade, periferia, pobreza, miséria, menor abandonado, mortalidade infantil, desamparo, ignorância, analfabetismo, agitação, baderna, violência sexual, caos, subversão, o que comprova a elasticidade na interpretação desse tema (IANNI 1992 *apud* SILVA, 2008, p. 129).

Há uma importante contribuição de Castel (1995) ao apontar o desenvolvimento da sociedade salarial moderna, considerada a origem da questão social de hoje concebida pela desagregação e deterioração do mundo do trabalho.

A diferença da questão social na fase do capitalismo industrial diz respeito ao surgimento de novos atores e novos conflitos. A questão social torna-se a questão de qual lugar os contingentes mais (des)socializados podem ocupar na sociedade industrial, colocando com muita propriedade que “a questão social se põe explicitamente às margens da sociedade, mas ‘questiona’ o conjunto da sociedade” (Castel, 1995, p. 34). Neste sentido, a resposta à questão “será o conjunto dos dispositivos montados para promover sua integração” (Castel, 1998, p. 31). Assim sendo, o lugar do social é visto entre organização política e o sistema econômico, deixando clara a necessidade de construir sistemas de regulação não mercantil na tentativa de preencher esse espaço. Neste ponto, o Estado é chamado a desempenhar suas funções, a qual chama de Estado social e sua intervenção na interseção do mercado e do trabalho.

Sendo assim, Lamamoto (2001, p. 17), ressalta que “historicamente a questão social tem a ver com a emergência da classe operária e seu ingresso no cenário político, por meio das lutas desencadeadas em prol dos direitos atinentes ao trabalho”.

A questão social à luz de Lamamoto (1993) manifestou-se como resultado das transformações sociais decorrentes da transição da base econômica – como o fim da república agrária e o começo da industrialização – determinando novas e profundas mudanças como, por exemplo, a exploração do trabalho e a precarização nas condições de vida da população trabalhadora. A qual vem reafirmar a concepção de questão social mais difundida no Serviço Social é a de Carvalho e Lamamoto, (1983, p.77), sendo:

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão.

Ressalta-se que a questão social é uma categoria explicativa da totalidade social, da forma como os homens vivenciam a contradição capital-trabalho. Ela desvenda as desigualdades sociais, políticas, econômicas, culturais, bem como coloca a luta pelos direitos da maioria da população, ou, como os homens resistem à subalternização, à exclusão, e à dominação política e econômica.

E as consequências da apropriação desigual do produto social são as múltiplas faces desta contradição: analfabetismo, violência, desemprego, fome, analfabetismo político, trabalho infantil, exploração sexual comercial de crianças e adolescentes e etc.; criando “profissões” que são frutos da miséria produzida pelo capital.

Desta maneira, buscamos compreender a dimensão desta concepção atrelada às multifacetadas e as expressões da questão social, partindo da análise da exploração sexual comercial de crianças e adolescentes, pois esta acontece em todas as classes sociais.

Iamamoto (1997, p. 14), nos remete a discussão acerca do objeto do Serviço Social nos seguintes termos:

Os assistentes sociais trabalham com a questão social nas suas mais variadas expressões cotidianas, tais como os indivíduos as experimentam no trabalho, na família, na área habitacional, na saúde, na assistência social pública, etc. Questão social sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem, se opõem. É nesta tensão entre produção da desigualdade e produção da rebeldia e da resistência, que trabalham os assistentes sociais, situados nesse terreno movido por interesses sociais distintos, aos quais não é possível abstrair ou deles fugir porque tecem a vida em sociedade. [...] A questão social, cujas múltiplas expressões são o objeto do trabalho cotidiano do assistente social.

Pereira (2005) coloca em questão a própria questão social abre-se uma discussão para o aprofundamento da temática no âmbito profissional. A autora afirma que a questão social – apesar do seu caráter genérico, constitui-se numa categoria histórica, portanto, rica de possibilidades para a compreensão e a intervenção na realidade social, já que expressa, conseqüentemente, as contradições próprias do capitalismo.

As relações entre questão social, trabalho e Serviço Social estão colocadas como elemento central da formação de assistentes sociais, pois tem sido analisada como fundante do cotidiano do exercício profissional, “o qual interfere no seu enfrentamento por parte dos sujeitos sociais na perspectiva da viabilização do acesso a direitos sociais e do exercício da cidadania” como pontua (IAMAMOTO, 2001, p. 27).

É uma profissão que está ligada diretamente na produção e reprodução das relações sociais, no processo de trabalho enquanto trabalhador assalariado seja, em empresas privadas, na esfera governamental, em organizações da sociedade civil, nos movimentos sociais, na assessoria e consultoria, ou atuando no âmbito da questão social.

## **2 CENÁRIO ATUAL DA QUESTÃO SOCIAL E O SEU ENFRENTAMENTO:** uma relação com a luta pelos direitos infanto-juvenil

A luta pelo enfrentamento da questão social se dá por meio da implementação e efetivação das políticas públicas e sociais, construídas através de projetos societários múltiplos na defesa e luta pelos direitos. Não por acaso, a violência sexual contra crianças e adolescentes vem sendo desenvolvida nas políticas públicas no Brasil e seu enfrentamento resulta do alinhamento do Estado à sociedade civil.

As sociedades contemporâneas passam por rápidos e profundos processos de transformações que desafiam conceitos, teorias, modelos e soluções, anteriormente consideradas eficazes para diagnosticar e resolver as crises sociais. A larga ascensão populacional de caráter democrático, tem como resultado na Constituição Federal (1988) consolida como justiça social, o que requer:

[...] proporcionar a ampliação dos direitos individuais e ainda, pela reorganização e ascensão dos movimentos sociais e das lutas populares por direitos, materializados e consolidados na retomada ou criação de entidades e instituições representativas dos diversos setores e defensoras de suas reivindicações. (COELHO; SILVA, 2016, p. 259)

Este contexto vivenciado no Brasil, “fundado nos princípios da participação e do controle popular, da universalização dos direitos, garantindo a gratuidade no acesso aos serviços, voltadas à defesa da cidadania de todos na perspectiva da equidade”. (IAMAMOTO, 2001, p. 22).

Este debate deve alcançar a permanente articulação políticas em todas as esferas da sociedade para traçar estratégias garantidoras de direitos no âmbito da democracia. Ou seja, “a universalidade no acesso nos programas e projetos sociais abertos a todos os cidadãos só é possível no âmbito do Estado”. (IAMAMOTO, 2001, p. 25)

Desta forma, os direitos pressupõem o reconhecimento recíproco de prerrogativas e deveres dos indivíduos como membros livres e iguais em certa comunidade. É importante ressaltar que o Estado assume como sua tarefa de proteção social às pessoas que necessitam, especialmente nas políticas de Seguridade Social, sobretudo nos direitos relacionados neste estudo aos do público infanto-juvenil vítimas da exploração sexual.

No Brasil, a grande desigualdade social e as condições precárias de vida de parte da população transportam as crianças para mais próximo da exploração e violação de direitos. Conforme Faleiros (1997) trata-se de uma pobreza e, uma indigência estrutural, vinculadas a relações sociais concentradoras de renda, poder e privilégios para poucos. A questão social expressa, portanto, desigualdades econômicas, políticas e culturais das classes

sociais, midiaticizadas por disparidades nas relações de gênero, característica étnico-racial e formação regional.

Este percurso atrelado pela conquista da democracia, da cidadania como processos históricos na luta por direitos duramente conquistados, no sentido de problematizar a produção e reprodução das relações sociais. A conquista de direitos no cenário no capitalismo tardio em suas múltiplas determinações assumem contornos de em que o próprio Estado a serviço da burguesia, inestimável valor e na descrição de certas práticas sociais. É a partir de pautas concretas que tornam o protagonismo como no caso do movimento de meninos e meninas de rua na luta por direitos através da cidadania, emancipação política e emancipação humana, na perspectiva crítica, qual o sentido do Estado, da liberdade, da igualdade, da democracia para além da defesa dos direitos pelos direitos. Construir cotidianamente a perspectiva da luta emancipatória de uma superação da desigualdade.

O agravamento dos problemas sociais tem provado que não há um atrelamento necessário entre as três dimensões políticas, tornando passível, em muitos casos, o retrocesso ou o avanço de um ou de outro direito, determinado pela circunstância vivida. O desafio requer mobilização da sociedade para a promoção e garantia dos direitos infanto-juvenis, dar visibilidade e reconhecimento do direito, sobretudo livres da violência sexual que ainda está por consubstanciar-se em prática social no Brasil.

Discutir a invisibilidade no contexto da democracia em demarcar não somente o enfrentamento desta expressão da questão social das vítimas da exploração sexual. O reconhecimento da criança e do adolescente como sujeitos de direitos e a luta contra essa violação ganharam força a partir dos anos de 1980, sucederam marcos importante, os quais impulsionaram na consolidação de princípios na mobilização do Estado e vários atores sociais para promoção da proteção integral do público infanto-juvenil. É a partir da Constituição Federal de 1988 que pela primeira vez na história do país, a criança é tratada como prioridade absoluta.

E a questão da violência sexual de crianças e adolescentes, especificamente na exploração sexual comercial aparecem tanto nas cidades grandes, como em longínquos e pequenos municípios, ganhando contornos diversos e contando com ações organizadas de redes que reduzem meninas e meninos à condição de mercadoria, tratados como objeto. A criança e o adolescente são seres em desenvolvimento, com direito a proteção integral por parte da família, da sociedade e do Estado, os quais devem reconhecê-los como sujeitos de direito. No Brasil, a incorporação à ordem jurídica no Artigo nº 227 da Constituição Federal (1988) ao afirmar:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-la a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988, Art. 227).

Entendemos que a concepção de direitos humanos parte do princípio que a dignidade é inerente a toda pessoa e seus direitos são iguais e inalienáveis. Entre a ideia e a realização prática desse conceito está a luta pela proteção integral e devida à criança e adolescente. A responsabilidade com a infância foi concebida de diferentes formas ao longo da história da humanidade. E o que conhecemos dessa história e da violência contra a criança e adolescente é assumindo diferentes formas, incluindo desde a negligência, castigo físico, psicológico, a discriminação das meninas na formação dos filhos, o trabalho infantil principalmente por crianças das camadas mais pobres da sociedade brasileira e também da exploração sexual.

No âmbito da operacionalização das políticas sociais públicas, os assistentes sociais inseridos na divisão social e técnica do trabalho, como aponta Iamamoto (2001, p. 27),

Desde os anos 80, é sustentado que a questão social, indissociável das relações sociais capitalistas, nos marcos da expansão monopolista e de seu enfrentamento pelo Estado, encontra-se na base da profissionalização do Serviço Social.

Nesta direção, requer tanto de assistentes sociais, atuar com as múltiplas expressões da questão social, desde prestar informações, orientações a indivíduos e população sobre seus direitos sociais e o acesso a estes. Nas análises de Behring e Boschetti (2006), a política social no Brasil alinhada às respostas das expressões da questão social, inteiramente conectadas à política econômica monetarista e de duro ajuste fiscal, enveredou-se pelos caminhos da privatização para os que podem pagar da focalização/seletividade e políticas pobres para os pobres, e da descentralização, na desresponsabilização do Estado, mesmo considerando os avanços de 1988.

Desta maneira, a face da exploração sexual comercial de crianças e adolescentes se evidenciam a perversidade e violação de direitos, no âmbito da pobreza, mostrando a face do capitalismo tardio, pois, a política econômica, conjugada ao perfil da política social impactou dramaticamente as expressões objetivas da questão social no Brasil. (BEHRING; BOSCHETTI, 2006, p. 184). As autoras apresentam dados sobre a desigualdade social e econômica no Brasil através da pesquisa produzida pelo IPEA, chamado Radar Social (2005), sendo um documento de monitoramento sobre as condições de vida no Brasil.

Para o IPEA (2005), apesar da existência de alguns pequenos avanços, a exemplo do aumento da expectativa de vida, da queda dos índices de incidência da exploração do trabalho de crianças, e de uma queda ainda pequena da mortalidade infantil, há uma persistência da pobreza e da desigualdade social. O Brasil está em penúltimo lugar entre o

conjunto de países do mundo em distribuição de renda: 1,7 milhão de brasileiros ricos (1% da população), este mesmo número está distribuído entre outros 86,5 milhões de pessoas (50% da população); 53,9 milhões de brasileiros (31,7%) sobrevivem com menos de R\$ 160,00 mensais e são considerados pobres; e 21,9 milhões de brasileiros (12,9%) são indigentes – possuem renda per capita inferior a ¼ do salário mínimo.

O agravamento da pobreza, a desigualdade social e econômica está presente em todas as regiões do Brasil. A falta de investimentos e o sucateamento das políticas públicas e o grande índice de desvio de recursos públicos evidenciado pelo grande processo de corrupção no país agravam ainda mais a situação de pobreza, de desigualdade, que resultam em variadas formas de violência.

Nas considerações de Lamamoto (2001, p. 30) reafirma que é na dinâmica da vida social que se concretizam as esperanças e a possibilidade de defender, efetivar e aprofundar no caminho democrático nos direitos de cidadania “preservando inclusive a cidadania social, cada vez mais desqualificada”, ultrapassando a esfera da necessidade para a liberdade.

É imprescindível conhecer as políticas sociais públicas, as quais são garantidoras do acesso a programas e direitos, e constituir o enfrentamento da questão social através da participação coletiva da sociedade pela garantia dos direitos de cidadãos e cidadãs, bem como as respostas que a sociedade e o Estado oferecem diante da real situação.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Trazer a reflexão da constituição de direitos no Brasil e problematizar a exploração sexual infanto-juvenil, como expressão da questão social, numa prática humana convertida em mercadoria no contexto do capitalismo, no cotidiano das políticas públicas e no movimento da sociedade nas lutas pelos direitos, envolve o reconhecimento da proteção integral permeado pelo Estado e sociedade civil em tornar visível as expressões da questão social e suas formas de enfrentá-las radicalmente, na defesa intransigente dos direitos humanos, na justiça social, no aprofundamento da democracia, na ampliação e consolidação da cidadania, sendo primordial a toda sociedade, como estabelecido nos princípios fundamentais do Código de Ética do(a) assistente social (1993).

A dimensão que buscamos com essa análise acerca da exploração sexual de crianças e adolescentes e seu enfrentamento engendrado na questão social, posto como avanços e desafios em todo processo de luta, afirma que estes traços essenciais não significam que a questão social no capitalismo é única e que expressa de forma igual em todas as sociedades capitalistas e todos os momentos históricos. Esta assume expressões particulares dependendo das peculiaridades específicas de cada formação social, como o nível de socialização da política, características históricas, formação econômica.

Desta maneira, a questão social caminha junto à formação do capitalismo, em todas as suas etapas, ela habita na forma que assume a partir das transformações vividas no mundo em seu conjunto desde os anos 1980, que causa o aumento da pobreza, uma desestabilização dos trabalhadores, em decorrência de uma perda dos padrões de proteção social. Portanto, é essencial a participação contínua do Estado, da sociedade civil, da atuação de assistentes sociais, entre outros, em constituir estratégias e negociações com o bloco do poder para efetivação das políticas sociais públicas, em que atores sociais promovam no cotidiano a articulação junto ao governo federal, estadual e municipal para garantir os direitos sociais, assim como desenvolver pesquisas e traçar as estratégias de enfrentamento da exploração sexual infanto-juvenil. Os desafios são constantes para traçar estratégias, na construção da sociabilidade humana, na construção da cidadania para o desenvolvimento pleno e integral de crianças e adolescentes.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei Federal Nº 8.069.1990.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil**.1988.

\_\_\_\_\_. IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Radar Social**. Brasília: IPEA, 2005.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2006.

CASTEL, R. As metamorfoses da questão social. Uma crônica do salário. Petrópolis-RJ: Vozes, 1998.

\_\_\_\_\_. Las metamorphoses de la question sociale. Paris: Fayard, 1995.

CECRIA. **Exploração sexual comercial de meninos, meninas e de adolescentes na América Latina e Caribe**. (Relatório Final). Brasília: Centro de Referência, Estudos e ações sobre crianças e adolescentes – CECRIA, 1999.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Código de Ética do/a assistente social**. Brasília-DF: CFESS, 1993.

CERQUEIRA-SANTOS, Elder (Coord.). **Vítimas da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes: Indicadores de Risco, Vulnerabilidade e Proteção**. Pesquisa Pela Proteção da Infância/UFS, 2008.

COELHO, Wilma de Nazaré Baía; SILVA, Rosangela Maria de Nazaré Barbosa. Nacionalismo, educação e cidadania: algumas estratégias discursivas. In: **Ser Social - V. 18, n. 38. Brasília-DF: SER Social, 2016**. Disponível em:

<[http://periodicos.unb.br/index.php/SER\\_Social/articlo/view/20140](http://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/articlo/view/20140)> Acesso em 15/04/2018.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Contra a Corrente. Ensaios sobre democracia e socialismo.** São Paulo: Cortez, 2ª Ed. 2008.

CPI. **Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito da Criança e do Adolescente.** Brasília, 1993.

FALEIROS, Eva T. Silveira. A Exploração sexual comercial de crianças e de adolescentes no mercado do sexo. In: **A exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil: reflexões teóricas, relatos de pesquisa e intervenções psicossociais.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Estratégias em Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 2007.

\_\_\_\_\_. (Coord.). Fundamentos e Políticas contra a Exploração e Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes. **Relatório de Estudo/CECRIA-Centro de Referência, Estudos e ações sobre crianças e adolescentes.** Brasília-DF, março de 1997.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica.** São Paulo, Cortez, 1983.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade: dimensões históricas, teóricas e ético-políticas.** Fortaleza, CRESS-CE, Debate n. 6, 1997.

\_\_\_\_\_. A questão social no capitalismo. In: **Revista Temporalis** – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano 2. Nº 3 (jan/jul.2001). Brasília: ABEPSS, Graffline, 2001.

IANNI, Otávio. Questão Social. In: **Revista São Paulo em Perspectiva.** São Paulo: Fundação SEADE, 1991.

\_\_\_\_\_. **A ideia de Brasil moderno.** São Paulo: Brasiliense, 1992.

IOP, Elizandra. **Condição da mulher como propriedade em sociedades patriarcais.** Visão Global. V. 12. Nº 2. Joaçaba-SC: Ed. Unoesc, 2009.

LEAL, Maria de Fátima Pinto. **Indicadores de violência intrafamiliar e exploração sexual comercial de crianças e adolescentes.** Brasília-DF: CECRIA, 1998.

MANDEL, Ernest. **O Capitalismo Tardio.** São Paulo: Abril Cultural, 1982.

NOGUEIRA, M. A. **II Encontro Nacional de Seguridade Social.** Porto Alegre-RS. 2000.

PEREIRA, P. A. **Comunicação apresentada na aula inaugural do Departamento de Serviço Social**. Brasília: UnB, 2005.

SILVA, Ivone Maria Ferreira da. **Questão Social e Serviço Social no Brasil: fundamentos sociohistóricos**. Cuiabá: EdUFMT, 2008.